

A prudência de Rubin vale para o Brasil

Economia - Brasil

E perigoso depender do capital estrangeiro para sustentar o investimento. É bom dispor de recurso externo para investir e aumentar a capacidade produtiva, mas a melhor fonte de investimentos é mesmo a poupança interna. Essas idéias foram expostas perante uma comissão do Senado, no dia 22, por um membro do primeiro escalão do Executivo. O Senado era o dos Estados Unidos. O funcionário do governo era o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Robert Rubin. Toda a sua exposição teria sentido, com alguns ajustes, se fosse feita no Brasil pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, perante congressistas em Brasília. Tratando-se de Rubin, o discurso tem um sabor especial. Ele é um dos principais defensores da abertura dos mercados ao capital internacional. Mas a dependência pode ser perigosa, reconheceu, porque o humor dominante no mercado pode mudar de uma hora para outra.

Entenda-se: Rubin nem de longe condenou a utilização de capital estrangeiro. Somar a poupança externa à interna, para financiar o investimento produtivo, permite um crescimento econômico mais veloz.

Nenhuma pessoa sensata e alfabetizada em análise econômica desconhece esse ponto. Mas há limites de segurança e esse era a advertência de Rubin. A poupança líquida norte-americana, segundo ele, ficou em 6,5% do Produto Interno Bruto (PIB), no ano passado, e isso porque as contas do governo melhoraram. A poupança privada tem diminuído. Mas o país investe muito mais que isso – algo em torno de 16% do PIB. Sem mencionar esse número, o secretário indicou, no entanto, a enorme dependência em relação a recursos provenientes de fora. Poderia ter lembrado, também, a poupança externa aplicada em títulos públicos de longo prazo, uma forma de financiar o governo e de permitir o funcionamento tranquilo da economia, mesmo com o déficit.

Com inflação baixa e farto financiamento das contas públicas, a economia dos Estados Unidos tem operado há anos com juros baixos. Mas o custo do capital pode subir facilmente, lembrou Rubin, se mudarem as opiniões no mercado sobre as condições norte-americanas. Se o país se tornar menos atraente, a poupança externa ficará mais arisca e mais cara, advertiu.

A advertência pode parecer exagerada, no caso dos Estados Unidos, mas o secretário do Tesouro teve pelo menos três bons motivos para apontar o risco. Todos esses motivos, com algumas adaptações, valem para o caso brasileiro – e com um peso muito maior. Para começar, Robert Rubin estava empenhado em defender uma política fiscal prudente. A perspectiva de um superávit fiscal, depois de alguns anos de aperto, vem estimulando vários políticos a defender gastos maiores e impostos menores.

No Brasil, com um déficit fiscal projetado acima de 6% do PIB, em termos nominais, seria ainda mais fácil defender a prudência com as contas públicas.

Rubin lembrou também a importância de um ambiente macroeconômico sadio – e isso inclui contas públicas em ordem – para manter o país atraente para o capital estrangeiro. Esse lembrete vale muito mais para os brasileiros.

Em segundo lugar, é imprudente relaxar a política fiscal antes de resolver a questão da

Previdência, lembrou Rubin. A Previdência administrada pelo governo, lembrou, deverá conservar um papel de grande importância, nas próximas décadas, como fator de segurança para muitos milhões de cidadãos – uma clientela crescente e com perspectiva de vida mais longa. É preciso garantir os meios de financiamento do sistema. Enquanto se constroem essas condições, é bom manter o orçamento federal em ordem.

Também esta observação ganha peso maior quando aplicada ao Brasil.

Em terceiro lugar, o aumento da poupança interna é essencial à segurança econômica, lembrou Rubin. Capital produzido no país deve ser a base principal do investimento – como tem sido tradicionalmente, no Brasil. A taxa brasileira de poupança tem sido, há muito tempo, maior que a dos Estados Unidos, mas continua insuficiente. No Brasil, mais do que nos Estados Unidos, elevar essa taxa dependerá, nos próximos anos, principalmente de reformas estruturais ainda longe de completar-se.